

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 de setembro DE 2002

ANO XXVIII

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PDT

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSDB

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

|                                |                              |
|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Líder do Governo</i> .....  | <i>Durval Amaral</i>         |
| <i>Líder da Oposição</i> ..... | <i>Waldyr Pugliesi</i>       |
| <i>PTB</i> .....               | <i>Carlos Simões</i>         |
| <i>PFL</i> .....               | <i>Plauto Miró Guimarães</i> |
| <i>PSDB</i> .....              | <i>Sérgio Spada</i>          |
| <i>PMDB</i> .....              | <i>Nereu Moura</i>           |
| <i>PPB</i> .....               | <i>Tony Garcia</i>           |
| <i>PT</i> .....                | <i>Luciana Rafagnin</i>      |
| <i>PDT</i> .....               | <i>Luiz Carlos Zuk</i>       |
| <i>PSL</i> .....               | <i>Luiz Carlos Martins</i>   |
| <i>PL</i> .....                | <i>Pastor Edson Praczyk</i>  |
| <i>PPS</i> .....               | <i>Marcos Isfer</i>          |

## *Representação Partidária*

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.*

## Emenda Constitucional:

### EMENDA CONSTITUCIONAL Nº

Art. 1º - Fica criado o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, na estrutura da Segurança Pública, através da alteração, modificação e inserção dos dispositivos da Constituição Estadual especificados nesta Emenda Constitucional.

Art. 2º - Os parágrafos 4º e 5º do artigo 45 da Constituição Estadual, passam a ter a seguinte redação:

“§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribuna especial, em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.”

Art. 3º - O artigo 46 da Constituição Estadual, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar”.

Art. 4º - O artigo 48 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, forças estaduais, instituições permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - À Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a prevenção da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil, atendimento pré-hospitalar de emergência, edição de normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio e pânico, além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda sua

plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel”.

Art. 5º - O artigo 49 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reserva do Exército, e a Polícia Civil, subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial, que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades”.

Art. 6º - Altera os incisos VII e XI do artigo 53 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“VII - fixação e modificação dos efetivos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública”.

Art. 7º - Altera os incisos II e III do artigo 66 da Constituição Estadual, que passam a ter a seguinte redação:

“II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para a reserva;

III - organização da defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”;

Art 8º - O Parágrafo 2º do artigo 108 da Constituição Estadual, passa ter a seguinte redação:

“§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.”

Art. 9º - Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, onde couber, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviços nas estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do Corpo de Bombeiros, até que se organizem as estruturas do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e Praças será regulamentado por decreto do chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens móveis e imóveis de seu uso.”

Art. 10 - No prazo de 180 dias, a contar da data da promulgação desta Emenda Constitucional, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei à Assembléia Legislativa, propondo a Lei de Organização Básica, Estatuto, Fixação do Efetivo, Código de Remuneração e outras que se fizerem necessárias à implantação e funcionamento do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art. 11 - Esta Emenda Constitucional entre em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09.09.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO  
DURVAL AMARAL e  
ALGACI TULIO

Apoiamento:

Nelson Garcia, Fernando Ribas Carli, José Maria Ferreira, Edno Guimarães, Luiz Carlos Zuk, Duílio Genari, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães, Hidekazu Takayama, Cezar Silvestri, Sérgio Spada, Divanir Braz Palma, Serafina Carrilho, Fernando Guimarães, Nelson Justus, Renato Gaúcho, Luiz Carlos Alborghetti, Luciana Rafagnin, Eli Ghellere, Hermes Fonseca, Ademir Bier, Augustinho Zucchi, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Antonio Carlos Belinati, Basílio Zanusso, Neivo Beraldin, Antonio Anibelli, Waldyr Pugliesi, Ademar Traiano, Orlando Pessuti, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Moysés Leônidas, Pastor Edson Praczyk

JUSTIFICATIVA:

## 1. Introdução

O Corpo de Bombeiros do Paraná é integrante da estrutura orgânica da Polícia Militar, como órgão de execução das atividades de bombeiro, integra, na Constituição Estadual, o capítulo da segurança pública.

Este vínculo de subordinação de uma estrutura vinculado à salubridade e tranquilidade públicas, atuando no combate a incêndios buscas e salvamentos, atendimento ao trauma e às calamidades públicas, a um órgão de prestação de serviços eminentemente policial, voltado à segurança pública, muitas vezes foge à compreensão lógica causando inúmeros transtornos nas atividades operacionais, como seleção, recrutamento, formação especialização e aperfeiçoamento de recursos humanos, na radicalização e emprego dos efetivos na canalização e otimização dos recursos financeiros e materiais.

Há setores da sociedade especialmente entre os mais conservadores, que mantém a falsa idéia de que a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros são instituições afins, com formação, objetivos e métodos iguais ou assemelhados.

Vislumbra-se o Corpo de Bombeiros do Paraná como uma Organização com administração autônoma, possibilitando uma identidade própria na formação e qualificação de pessoal, bem como, um serviço de bombeiros mais eficiente, eficaz e efetivo.

Atualmente, dentre os 27 Estados da Federação, 19 possuem os Corpos de Bombeiros Militares autônomos, ou seja, Instituições independentes das Polícias Militares.

A desvinculação está enraizada na certeza de que a melhor organização dos instrumentos de defesa da sociedade é determinante para a eficiência do Estado, na proteção do cidadão e na integração social.

Os principais fatores a serem considerados para mostrar a necessidade da desvinculação do Corpo de Bombeiros, são:

- crescimento institucional, melhorando o atendimento à comunidade comprovado nos 19 Estados onde houver a desvinculação;
- construção de uma inteligência institucional, voltada às questões técnicas e profissionais, desenvolvendo uma cultura voltada ao socorro público;
- otimização de recursos, facilitando sua aplicação no campo tático e estratégico, e
- definição profissional do efetivo como bombeiros.

## 2. Objetivos da Desvinculação

No campo profissional, uma organização com objetivos específicos permitirá a seus profissionais uma melhor especialização.

No campo tecnológico, os benefícios serão gerados em função do acúmulo de experiência profissional em área específica, após anos de estudos. No caso, o desen-

volvimento técnico do Corpo de Bombeiros estará vinculado ao grau de profissionalismo de seus integrantes.

No campo administrativo criar um organismo que se volte unicamente para os objetivos da sua missão, representará dar vida a uma estrutura enxuta e econômica, além de possibilitar:

- formação de pessoal específica, voltada para o cumprimento da missão constitucional, dispensando uma formação hídrica nos diversos níveis de adestramento policial;

- a estrutura de um corpo de Bombeiros Militar estadual, órgão prestador de serviços, não irá colidir com estruturas de bombeiros municipais ou voluntários, buscando, ao contrário, estimular e aperfeiçoar esses organismos, através de uma coordenação que possibilitará a implantação dos serviços na maioria dos municípios paranaenses. Sua estruturação como organização estadual se impõe pela necessidade de coordenação e apoio nas grandes emergências. Essa vocação estadual resultará, quando consolidada, em desejável redução de efetivos, com economia para o Estado e benefício para as populações municipais, que contarão com serviços de melhor qualidade, pois estarão voltados para uma realidade local, com apoio tecnológico do órgão estadual;

- a estruturação de um organismo menor, voltado às áreas operacionais de socorro social, não resultará em expansão da burocracia. A estrutura administrativa atual do Corpo de Bombeiros, embora não seja inteiramente adequada, é quase auto-suficiente, dependendo do organismo da Polícia Militar, unicamente, no que diz respeito a serviços de seleção e recrutamento e alguns serviços administrativos complementares nas áreas de pessoal. E, mesmo esses serviços, poderiam ser implementados nas dimensões de uma corporação menor, com um número reduzido de pessoal.

### 3. Razões Históricas

Não se tem notícia de que em qualquer outro país do mundo, com exceção do Brasil, os Corpos de Bombeiros sejam subordinados a órgãos policiais.

No Paraná, o Corpo de Bombeiros surgiu da Sociedade Teuto-Brasileira de Bombeiros Voluntários e foi fundado em 08 de outubro de 1912. Sob a inspiração do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, nasceu autônomo.

Os períodos de instabilidade política vividos pela nação brasileira na década de 30, levaram o governo a transformar o Corpo de Bombeiros numa Companhia de Bombeiros Sapadores, subordinando-o à Força Pública Estadual. Até então, os serviços da pequena Corporação de Bombeiros restringiram-se à capital de um Estado, também pequeno, que a exemplo da União, sofria graves problemas de segurança interna.

Inserido no órgão policial, com características eminentemente repressivas, o Corpo de Bombeiros atuaria como órgão de apoio nos trabalhos de sapa.

O curso da história deu à Polícia Militar a sua identidade de órgão tipicamente policial, mantenedor da ordem pública, e possibilitou ao Corpo de Bombeiros mínimas condições técnicas no campo operacional, advindo do ato governamental em 1976, com a criação do quadro específico de Bombeiro Militar. Todavia, permaneceu a subordinação ao órgão policial, sendo questionada e discutida, sendo do ponto de vista profissional, as atividades de bombeiro totalmente distintas das de policial.

### 4. Aspectos Relacionados com a Missão

A Polícia Militar, por definição da Constituição Federal, é órgão incumbido da preservação da ordem pública. Como o próprio nome da Instituição sugere, a Polícia Militar deve fazer polícia ostensiva, seja de trânsito, florestal, rodoviária, de choque, de guarda, portuária, penitenciária e repressiva.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 144, reconheceu dignidade constitucional aos Corpos de Bombeiros Militares, prevendo-os como órgãos voltados à Segurança Pública, artigo 144, item V, e dispondo que a eles: “além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”, artigo 144, parágrafo 5º.

Devemos entender, porém, que com esse reconhecimento constitucional o Corpo de Bombeiros foi mal previsto como órgão de segurança pública, embora cuide das ações voltadas à salubridade e tranquilidade da comunidade. “Os Corpos de Bombeiros Militares, em princípio, não exercem atividades de segurança pública, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações penais, com típicas ações policiais preventivas ou repressivas. A atividade fim dos Corpos de Bombeiros Militares é a de prevenção e combate a incêndios, busca e salvamento e, agora a defesa civil. Esta gama de atribuições dos Corpos de Bombeiros Militares diz respeito, isto sim, à “tranquilidade pública e, também, à salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública”.

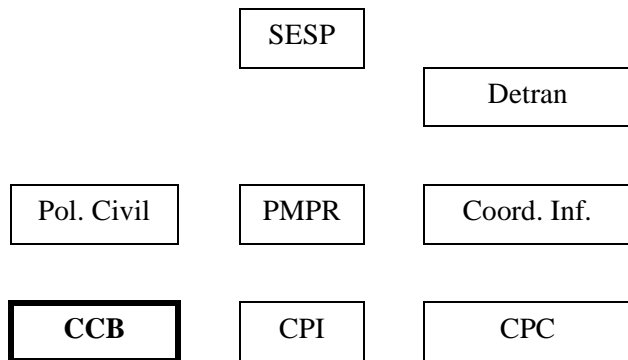
### 5. Estrutura Organizacional

#### 5.1. A intermediação policial nos assuntos de segurança contra incêndios, salvamento e socorro público

Hoje, o Corpo de Bombeiros está inserido na Segurança Pública como apêndice de um órgão policial, a PMPR. Como órgão de terceiro escalão, não tem assento à mesa de decisões da SESP. Os assuntos relativos à segurança contra incêndios e calamidades são transmitidos à pasta através da interlocução policial, ajustados ao vocabulário, à ótica, às prioridades e aos interesses globais do órgão policial.

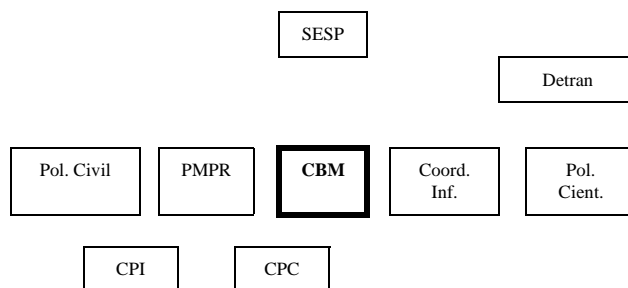
No momento em que o órgão público agiganta-se, abrindo frentes de trabalho e gerenciando outros campos de atividades não afins, desvia-se de sua missão precípua, perdendo na efetividade e na qualidade dos serviços prestados.

## 5.2. Estrutura Atual



Do ponto de vista essencialmente técnico, no que diz respeito à missão específica de cada entidade, o que existe em comum entre a PMPR e o Corpo de Bombeiros é que ambos são órgãos de segurança pública. É esta a razão pela qual devem subordinar-se à SESP.

## 5.3. Estrutura Pretendida



Este aperfeiçoamento estrutural permitirá maior fluidez nas decisões dos assuntos pertinentes ao Corpo de Bombeiros, eliminando entraves burocráticos nos assuntos eminentemente técnicos da Corporação, abrindo um canal de comunicação direta entre a coordenação geral e a execução das diversas atividades, inclusive de defesa civil, dando agilidade e facilitando a operacionalização dos mecanismos de defesa social.

## 6. Aspectos Relacionados com o Efetivo

### 6.1 Seleção, Recrutamento, Formação e Especialização

A ação policial se faz sentir sobre o indivíduo - o assaltante, o delinquente, o criminoso - características de trabalho que requer do policial uma formação voltada para a área humanística.

O bombeiro intervém sobre o fato adverso - o incêndio, o acidente, catástrofe - fenômenos invariavelmente de natureza física, química ou biológica que impõe ao bombeiro uma formação nas áreas de exatas, tecnológica e biológica.

Na maioria das vezes, seja por vocação, traços de personalidade ou profissionais quem for indicado para ser bombeiro não é para ser policial, e vice-versa.

Presentemente, os bombeiros recebem durante sua formação, informações na área policial e também na área de bombeiro militar porque são, por força de subordi-

nação do órgão, policiais militares também, embora jamais venham a desempenhar a função policial propriamente dita. Esta formação assim estruturada é um desperdício, onerando os cofres públicos.

Com a desvinculação, o tempo destinado à formação, aperfeiçoamento e especialização do bombeiro militar, em todos os níveis, oficiais, graduados e praças, poderá ser melhor aproveitado com as disciplinas fundamentais voltadas para a atividade bombeiro militar, permitindo melhor qualificação profissional de seu quadro de pessoal.

### 6.2 Quadro de Organização e Distribuição de Pessoal

O Corpo de Bombeiros possui um quadro próprio com terminologia e serviços diferenciados, estando sujeito às mesmas leis, estatuto, organização básica e outras, recebendo tratamento assemelhado ao do policial militar.

Exemplo:

| Fração PM | Fração BM          | Nível de Comando |
|-----------|--------------------|------------------|
| Batalhão  | Grupamento         | Tenente Coronel  |
| Companhia | Subgrupamento      | Capitão          |
| Pelotão   | Seção de Bombeiros | 1º ou 2º Tenente |

Segundo um princípio ternário, três Seções de Bombeiros ensejam um subgrupamento, e três subgrupamentos, um grupamento, com o respectivo "staff" de comando e serviços, assessoramento, planejamento, supervisão e controle.

Hoje a menor fração destacada, Seção de Bombeiros, possui um efetivo de aproximadamente 30 bombeiros e é comandada por um oficial, 1º ou 2º Tenente. Esta estrutura, se aberta à participação comunitária, reduzir-se-á e proporcionará o atendimento por bombeiros a maior número de municípios. Hoje o Corpo de Bombeiros se faz presente em apenas 46 municípios dos 399 existentes.

## 7. Avaliação do Custo para a Desvinculação do Corpo de Bombeiros

Diferentemente do que se possa em princípio imaginar, a desvinculação do Corpo de Bombeiros, num primeiro momento, não implicará em custos para o Estado do Paraná, e, num segundo momento, em função do aprimoramento e expansão dos serviços, implicará em custos que em função do benefício social, serão considerados irrelevantes, tanto para o Estado quanto para os municípios onde ele presta os seus serviços.

### 7.1 Economia na desburocratização

O Corpo de Bombeiros já possui uma estrutura montada de controle e administração de material e pessoal. Este serviço é duplamente efetuado pelo Corpo de Bombeiros e pela Polícia Militar.

São relatórios, fichários, arquivos, correspondência, despachos, funcionários com as mesmas funções, dificultando soluções e encarecendo o produto final.

## 7.2 Economia no Emprego do Efetivo

Dar-se-á a partir de uma reestruturação organizacional efetiva, racional e equilibrada, diferenciada do modelo atual, sendo aberta à participação da comunidade, ajustável às características e riscos das localidades a proteger, ampliando o número de municípios atendidos e conseqüentemente levando os serviços de bombeiros a uma parcela maior da sociedade paranaense.

## 7.3 Economia pela Geração de Recursos

Os serviços do Corpo de Bombeiros podem gerar recursos municipais, carregados para fundos especiais de reequipamento do Corpo de Bombeiros, administrados pelos municípios. Aliviando o Estado dos encargos de manutenção e reequipamento, na medida em que mais municípios serão atendidos, maiores recursos serão gerados e carregados para as atividades de combate a incêndios e calamidades no Estado do Paraná.

A existência de Corpos de Bombeiros nos municípios permite a reclassificação de classe daquele município, junto as companhias seguradoras, incentivando a implantação de novas indústrias e comércio em geral.

## 8. Alterações Constitucionais Necessárias

### Capítulo III

#### Dos Militares Estaduais

Art. 45 -...

§ 4º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão do tribunal competente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.

§ 5º - O oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar condenado na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

### Capítulo IV

#### Da Segurança Pública

Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II - Polícia Militar;
- III - Polícia Científica;
- IV - Corpo de Bombeiros Militar

Art. 48 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar forças estaduais instituições permanentes e regulares organizadas com base na hierarquia e disciplina militares, possuem como missão:

§ 1º - A Polícia Militar cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento ferroviário de florestas e de mananciais além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar cabe a prevenção e combate a incêndios, perícia e pesquisa de sinistros, buscas, salvamentos, socorros públicos, administração e execução de atividades de defesa civil atendimento pré-hospitalar de emergência edição de normas relativa a segurança das pessoas e de seus bens contra incêndios e pânico além de outras formas e funções definidas em lei.

§ 3º - As patentes, com prerrogativas direitos e deveres e elas inerentes, são asseguradas em toda sua plenitude aos oficiais da ativa, reserva ou reformados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar sendo-lhes privativos os títulos, uniformes militares e postos até o coronel.

Art. 49 - A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar comandados por oficial da ativa do último posto dos seus respectivos Quadros de Oficiais, forças auxiliares e reservas do Exército, e a Polícia Civil subordinam-se ao Governador do Estado e serão regidas por legislação especial que definirá suas estruturas, competências, bem como direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes, de maneira a assegurar a eficiência de suas atividades.

Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de militares do Estado para reserva:

III - organização da Defensoria Pública do Estado, das Polícias Civil e Militar do Corpo de Bombeiros Militar;

Art. 108 -...

§ 2º - Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os Policiais Militares e Bombeiros Militares nos crimes militares definidos em lei, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

## ATOS DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Inclua-se nas Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes artigos:

“Art....- Ficam assegurados, até a aprovação e regulamentação das leis que disporão sobre a organização do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, estatuto, vencimentos, vantagens, promoções, regulamento disciplinar e demais normas afins, aos integrantes da Corporação, inclusive todos os deveres, direitos e prerrogativas previstos na legislação vigente para os integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O Poder Executivo, através de decreto, disponibilizará o quadro de bombeiros, inserido na estrutura da Polícia Militar do Paraná, a prestar serviço na estrutura do Corpo de Bombeiros Militar até sua estruturação.

Art....- Fica garantida a assistência médica, hospitalar, psicológica e odontológica prestada pelos serviços de saúde da Polícia Militar do Paraná, ao efetivo do Corpo de Bombeiros, até que se organize a estrutura do novo órgão para atendimento próprio.

Art....- O efetivo fixado para ativação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, ora criado por força de Emenda Constitucional, é o previsto na Lei nº 7.047 de 21 de novembro de 1978, alterada pela Lei nº 10.956 de 15 de dezembro de 1.994, do quadro de organização da Polícia Militar do Paraná.

Art....- O direito a opção e a movimentação dos Oficiais e praças será regulamentado por decreto do Chefe do Poder Executivo, ouvidos os Comandantes Gerais da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Art....- Fica assegurado ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná a posse de todos os bens e imóveis de seu uso.

## 9. Conclusão

Hoje, reflexo da discussão nacional de mudanças no Sistema de Segurança Pública, o Corpo de Bombeiros é motivado, inclusive com apoio de várias autoridades ligadas a área de segurança, a se preparar para aquilo que será inevitável: a desvinculação do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Refletindo acerca desses fatos relatados, indaga-se se seria viável ou não, esta desvinculação tanto à Polícia Militar, quanto para o Corpo de Bombeiros?

A criação do Corpo de Bombeiros não traria qualquer instabilidade ao Estado, pelo contrário, passaria a contar com mais uma força voltada às suas atividades, atuando com maior profissionalismo.

O Corpo de Bombeiros Militar se posicionaria como instituição co-irmã da Polícia Militar, já evidenciado na constituição estadual em seu artigo 45. “São militares estaduais os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar”. E, ainda, passaria a desenvolver planejamentos estratégicos que venham permitir investimento na profissionalização do bombeiro, com a finalidade de formar, especializar e aperfeiçoar o profissional num universo próprio de suas atividades.

Com este propósito espera-se:

1. isentar o órgão policial - PMPR - das atribuições não policiais, a fim de permitir dedicação exclusiva ao que deve fazer - Segurança Pública;

2. estender às principais cidades paranaenses os serviços do Corpo de Bombeiros através da racionalização dos seus efetivos já existentes, em parceria com as comunidades;

3. facilitar a comunicação junto a administração central, de competência do Corpo de Bombeiros, principalmente referente à sua missão fim;

4. possibilitar ao Governo do Estado usufruir do prestígio e credibilidade que a instituição Corpo de Bombeiros desfruta perante a opinião pública brasileira;

5. proporcionar ao público interno do Corpo de Bombeiros, a conquista de uma identidade própria;

6. promover as mudanças à desvinculação com o aumento mínimo de despesa para a administração pública;

7. aprimorar a qualificação técnica do pessoal, com a formação aperfeiçoamento e especialização na área específica de bombeiros a fim de proporcionar melhoria no desenvolvimento dos serviços públicos.

Temos convicção que a Organização, tomada pelo seu espírito de inovação e mudanças, já atingiu o grau de maturidade e o nível técnico profissional necessários e suficientes para trilhar seus próprios caminhos, sendo a desvinculação um procedimento que irá lapidar a qualidade dos serviços de socorro prestado à comunidade paranaense.

Na busca da melhor solução, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, lado a lado, cada um realizando a sua missão, sem superposições, certamente, fortalecerão os laços de bom relacionamento já existente, atingindo seus objetivos maiores - A Prestação de Serviços com Qualidade.

A desvinculação é, enfim, o voto de confiança que o Corpo de Bombeiros espera receber de toda sociedade paranaense, a quem tem servido sem mensurar esforços, na sublime tarefa de salvar vidas e bens, desde 08 de outubro de 1912.